



23 de Abril de 2020

Covid-19: maioria das IPSS sem condições para cuidar de idosos infectados



Rui Gaudêncio

Para a União Distrital das IPSS de Lisboa, o Ministério da Saúde não está a olhar devidamente para esta realidade e há falta de conhecimento sobre o seu funcionamento.

A maioria das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não tem condições estruturais e físicas para prestar os cuidados de saúde de que os idosos infectados pelo [novo coronavírus](#) necessitam, alerta o presidente da União Distrital das IPSS de Lisboa.

“Não somos instituições da saúde, somos IPSS. [...] Creio que há aqui algum afastamento, há aqui um alheamento da parte do Ministério da Saúde e um desconhecimento da realidade das nossas instituições de solidariedade social e dos nossos equipamentos, dos nossos lares”, afirma José Carlos Batalha, em declarações à Lusa.

Os utentes dos lares precisam de proteção social e essa parte as IPPS garantem, mas os cuidados de saúde têm de ser assegurados pelo Estado, defende o responsável, considerando que falta “uma conexão, uma interligação” entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

“É fundamental que a Saúde, o Ministério da Saúde, preste cuidados médicos e de enfermagem, que dê assistência aos nossos idosos institucionalizados. E que os nossos idosos institucionalizados não fiquem nas nossas instituições. É importante perceber que as nossas instituições não têm condições - algumas terão -, mas, grosso modo, não têm condições estruturais, condições físicas, para proceder a isolamento”, sustenta José Carlos Batalha.

Por isso, continua, quando se descobre que um utente está infetado, não pode ficar na instituição.

“Nós não temos gente com formação e com especialização para tratar”, argumenta, lembrando que muitos idosos têm outras patologias, “são pessoas com muita idade que têm outro tipo de doenças que este vírus vem potenciar”, como dificuldades respiratórias, diabetes ou problemas cardíacos.

Para o representante, o Ministério da Saúde não está a olhar devidamente para esta realidade e há falta de conhecimento sobre o seu funcionamento.

“Quando as pessoas estão infetadas não podem ser tratadas nos lares, os lares são espaços coletivos de pessoas que são muito frágeis. É preciso que se olhe para isto com algum cuidado e com alguma ponderação”, insiste, pedindo também que se “ouça quem está no terreno”.

José Carlos Batalha refere que as IPPS continuam a lutar com falta de equipamentos de proteção individual.

“Continuamos com os discursos para um lado e com a prática por outro, continuamos preocupadíssimos porque não temos ainda os tão falados equipamentos de proteção individual, que já foi anunciado que iam ser distribuídos”, diz, considerando que “se não fossem as autarquias – que, como podem, vão distribuindo algumas coisas -, as instituições estavam de facto com problemas sérios”.

E, também aqui, “o Ministério da Saúde não acompanha devidamente e não percebe, não entende” as dinâmicas das IPSS.

Os testes de despistagem também tardam, refere o responsável, adiantando que têm muitas vezes sido as autarquias a tomar a iniciativa de testar os utentes.

“Quando surgem casos [é que há testes], as autarquias têm tido um papel fundamental, têm uma grande similitude com as IPSS, têm um olhar próximo da realidade, estão próximas das comunidades, entendem as comunidades”, sublinha.

Pelo contrário, acrescenta, “o Estado tem uma visão muito distorcida” da realidade e as IPSS sentem “um Estado distante”.

“Há aqui uma desconexão”, considera.